

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

EDITAL Nº 11/2006

23º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**, em exercício, com base no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e nas disposições da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, faz saber que estarão abertas, **pelo prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente edital**, as inscrições para o 23º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador da República, nos termos seguintes:

I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O concurso será regido pela Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75, de 20/5/93) e pelas normas constantes da Resolução nº 85 de 18/04/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, doravante referida como Regulamento do Concurso.

Art. 2º - O concurso destina-se ao preenchimento de 209 (duzentos e nove) cargos vagos, nas seguintes Procuradorias da República:

ACRE	
Rio Branco	3
ALAGOAS	
Maceió	2
União dos Palmares	1
AMAPÁ	
Macapá	3
AMAZONAS	
Manaus	3
BAHIA	
Salvador	10
Eunápolis	1
Feira de Santana	1
Juazeiro	1
Paulo Afonso	1
Vitória da Conquista	1
CEARÁ	
Fortaleza	4
Sobral	1
DISTRITO FEDERAL	2
ESPÍRITO SANTO	
Vitória	1
Cachoeiro de Itapemirim	1
São Mateus	1
GOIÁS	
Goiânia	5
Anápolis	1
Luziânia	1
Rio Verde	1
MARANHÃO	
São Luís	1
MATO GROSSO	
Caceres	1
Rondonópolis	1
Sinop	1

MATO GROSSO DO SUL	
Campo Grande	2
Corumbá.....	1
MINAS GERAIS	
Belo Horizonte	10
Governador Valadares.....	1
Juiz de Fora	2
Patos de Minas	1
Uberaba.....	1
Uberlândia	1
Varginha	1
PARÁ	
Belém	3
PARAÍBA	
João Pessoa.....	2
PARANÁ	
Curitiba.....	2
Apucarana	1
Campo Mourão.....	1
Foz do Iguaçu	2
Francisco Beltrão.....	1
Guarapuava	1
Londrina	2
Maringá.....	1
Paranaguá.....	1
Paranavaí.....	1
Ponta Grossa.....	1
Umuarama	2
PERNAMBUCO	
Recife	2
Caruaru.....	1
Garanhuns	1
Salgueiro	1
PIAUI	
Teresina	2
RIO DE JANEIRO	
Rio de Janeiro	14
Angra dos Reis	1
Barra do Piraí	1
Itaboraí	1
Itaperuna.....	1
Macaé.....	2
Magé.....	1
Niterói	1
Nova Friburgo	1
Petrópolis.....	1
Resende	1
São Gonçalo	1
São João do Meriti.....	1
São Pedro da Aldeia.....	1
Teresópolis	1
Três Rios	1
Volta Redonda.....	2
RIO GRANDE DO NORTE	
Natal	2
RIO GRANDE DO SUL	
Porto Alegre	3

Bagé	1
Bento Gonçalves	1
Cachoeira do Sul	1
Canoas	1
Carazinho	1
Caxias do Sul.....	2
Lajeado.....	1
Novo Hamburgo.....	4
Pelotas	1
Santa Cruz do Sul.....	1
Santa Maria	2
Santana do Livramento	1
RONDÔNIA	
Porto Velho	2
Ji-Paraná.....	1
RORAIMA	
Boa Vista.....	3
SANTA CATARINA	
Florianópolis	1
Blumenau	3
Chapecó.....	1
Criciúma.....	1
Jaraguá do Sul	1
Joaçaba	1
Joinville.....	2
Lages	1
Tubarão	1
SÃO PAULO	
São Paulo.....	6
Araçatuba	1
Araraquara.....	1
Assis	1
Bragança Paulista	1
Campinas.....	1
Franca.....	1
Guaratinguetá	1
Jaú	1
Jundiá	1
Osasco	1
Ourinhos	1
Presidente Prudente	2
Ribeirão Preto	4
Registro	1
São Bernardo do Campo.....	1
São Carlos	1
São João da Boa Vista.....	1
São José do Rio Preto.....	3
São José dos Campos	2
Santo André	1
Santos	1
Taubaté.....	1
Tupã	1
SERGIPE	
Aracaju	1
TOCANTINS	
Palmas	3

§ 1º - O número de vagas e as localidades indicadas no edital estão sujeitas a modificações em decorrência da nomeação dos candidatos aprovados em concursos anteriores e por outras causas supervenientes, no decorrer do prazo de eficácia do concurso, devendo ser observado, ainda, o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - Os candidatos aprovados, na ordem de classificação, escolherão a lotação de sua preferência, na relação de vagas que, após o resultado do concurso, o Conselho Superior decidir que devam ser inicialmente providas (art. 194, § 1º, LC nº 75/93; art. 54 do Regulamento do Concurso).

§ 3º - A recusa do candidato à nomeação determinará o seu deslocamento para o último lugar na lista de classificação do concurso.

Art. 3º - As pessoas portadoras de deficiência que, no momento da inscrição no concurso, declararem tal condição, terão reservados 5 % (cinco por cento) do total das vagas, arredondado para o número inteiro seguinte, caso fracionário, o resultado da aplicação do percentual indicado, observando a sua participação as normas constantes dos arts. 10 a 21 do Regulamento do Concurso.

Art. 4º - O concurso será realizado segundo o cronograma anexo, que indica as datas previstas de realização das diversas etapas do processo seletivo, admitidas eventuais modificações (antecipação ou adiamento), divulgadas, se necessário, com a adequada antecedência.

Art. 5º - O prazo de eficácia do concurso será de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato homologatório.

II INSCRIÇÃO PRELIMINAR

Art. 6º - A inscrição preliminar será realizada nas Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal e também nas Procuradorias da República nos Municípios relacionados em anexo, mediante preenchimento de formulário padronizado, ao qual devem ser anexados os documentos seguintes:

- I - original do comprovante do pagamento da Guia de Recolhimento da União – GRU – Simples no Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), que deverá ser impressa no endereço eletrônico <http://www2.pgr.mpf.gov.br>, devendo constar os seguintes dados:
 - a) Código de recolhimento: 28883-7;
 - b) Código de Referência: 23.2006 (nº e ano do concurso);
 - c) Nome do Contribuinte / Recolhedor: Nome do candidato;
 - d) CNPJ ou CPF do contribuinte: CPF do candidato;
 - e) Nome da Unidade Favorecida: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL;
 - f) UG/Gestão: 200100 / 00001
 - g) (=) Valor do Principal: 140,00
 - h) (=) Valor total: 140,00

Obs.: Os demais campos não precisam ser preenchidos.
- II - cópia da carteira de identidade;
- III - cópia do cartão de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Física – CPF (SRF);
- IV - instrumento de procuração, quando for o caso, com a especificação de poderes para promover a inscrição;
- V - 2 (duas) fotografias recentes, tamanho 3 X 4.

§ 1º - O candidato, ao preencher o formulário, firmará declaração, sob as penas da lei, (1) de estar ciente de que deverá comprovar que atende, no ato de inscrição definitiva, à exigência de 3 (três) anos de atividade jurídica exercida após a obtenção do grau de bacharel em Direito, prevista no art. 129, § 3º, da Constituição Federal (com a redação da EC nº 45, de 08/12/2004); (2) de estar ciente de que a não apresentação do respectivo diploma, devidamente registrado pelo Ministério da Educação, e da comprovação da atividade jurídica, no ato da inscrição definitiva (art. 44), acarretará a sua exclusão do procedimento seletivo e (3) de que aceita as demais regras pertinentes ao concurso.

§ 2º - A apresentação da cópia do cartão de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Física – CPF (SRF) será dispensável quando o respectivo número constar da carteira de identidade.

§ 3º - A Presidência da Subcomissão Estadual poderá dispensar do pagamento da taxa de inscrição candidato que, mediante requerimento específico, formulado até 10 (dez) dias antes do término do prazo das inscrições, comprove não ter condições de arcar com tal ônus, cabendo recurso para o Secretário do Concurso, no prazo de 3 (três) dias, na hipótese de indeferimento do pedido de dispensa.

§ 4º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior e no parágrafo único do art. 24 do Regulamento do Concurso, não será dispensado, em nenhuma outra hipótese, o pagamento da taxa de inscrição e nem será admitida a sua devolução.

§ 5º - O comprovante do ingresso do pedido de inscrição deverá ser apresentado pelo candidato para recebimento do correspondente Cartão de Identificação, que lhe assegurará acesso ao local da efetivação das provas e deverá ser exibido sempre que solicitado em subseqüentes etapas.

§ 6º - Os processos relativos aos pedidos de inscrição preliminar permanecerão nas unidades de origem, sendo remetidos à Secretaria do Concurso quando da inscrição definitiva, observado o disposto no parágrafo seguinte.

Art. 7º - Encerrado o prazo para a inscrição preliminar, o Procurador-Geral da República fará publicar edital indicando a divulgação, nos locais de inscrição e no endereço da Procuradoria-Geral da República na internet (<http://www2.pgr.mpf.gov.br>), da relação nominal dos candidatos inscritos e do prazo para a retirada do Cartão de Identificação.

III DA COMISSÃO EXAMINADORA

Art. 8º - A Comissão Examinadora é assim constituída:

Membros titulares

Doutor **ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA**
Procurador-Geral da República
Presidente;
Doutor **EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA**
Subprocurador-Geral da República;
Doutor **GERALDO BRINDEIRO**
Subprocurador-Geral da República;
Doutor **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
Ministro do Superior Tribunal de Justiça,
como Jurista;
Doutor **FERNANDO NEVES DA SILVA**
Advogado,
como Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Membros Suplentes

Doutor **EDUARDO ANTÔNIO DANTAS NOBRE**
Subprocurador-Geral da República
Doutor **HENRIQUE FAGUNDES FILHO**
Subprocurador-Geral da República
Doutora **HELENITA AMÉLIA G. CAIADO DE ACIOLI**
Subprocuradora-Geral da República
Doutor **JOELSON DIAS**
Advogado,
como Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único - A Comissão Examinadora funcionará na Procuradoria Geral da República, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 9º - A fiscalização da aplicação das provas e dos demais procedimentos relativos ao concurso incumbirá precipuamente aos membros do Ministério Público Federal, ressalvados eventuais impedimentos (art.60 do Regulamento do Concurso) ou motivo de força maior.

IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º - As divulgações referentes ao concurso serão feitas no Diário Oficial da União.

Parágrafo único - A Secretaria do Concurso procurará dar ampla divulgação às informações relativas ao processo seletivo por outros meios, especialmente por intermédio da Internet, no endereço **<http://www2.pgr.mpf.gov.br>**.

Art. 11º - O Procurador-Geral da República baixará as instruções complementares que se fizerem necessárias.

Art. 12º - Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral da República, que, se entender necessário, ouvirá o Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Brasília, de julho de 2006.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

23º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

CRONOGRAMA BÁSICO

ETAPA/ATIVIDADE	DATA
INSCRIÇÃO PRELIMINAR	
☞ Publicação do edital indicando a divulgação, nos locais de inscrição e no site da PGR, da relação nominal dos candidatos inscritos	04/09/2006
PROVA OBJETIVA	
☞ Publicação do edital indicando data, horário e locais de realização	03/10/2006
☞ Realização da PROVA	08/10/2006
☞ Divulgação do gabarito oficial e do quadro das alternativas assinaladas pelo candidato na folha de respostas, apurado na respectiva leitura ótica	20/10/2006
☞ Publicação do edital com a apreciação dos recursos interpostos segundo o previsto no art. 31 do Regulamento com a lista de aprovados na etapa	20/11/2006
PROVAS SUBJETIVAS	
☞ Publicação do edital indicando datas, horário e locais de realização	01/12/2006
☞ Realização das PROVAS	08 – 09 – 10/12/2006
☞ Publicação do edital com a lista de aprovados na etapa e convocação para a inscrição definitiva	06/02/2007
☞ Publicação do edital com a apreciação dos recursos interpostos do resultado das provas subjetivas e convocação de eventuais novos aprovados para a inscrição definitiva.	15/03/2007
INSCRIÇÃO DEFINITIVA	
☞ Publicação do edital com as inscrições definitivas deferidas e convocação para as provas orais.	19/04/2007
☞ Publicação do edital com a apreciação dos recursos interpostos do indeferimento de inscrição definitiva e convocação suplementar para as provas orais, se for o caso.	27/04/2007
Realização das PROVAS ORAIS	09 – 10 – 11/05/2007
☞ Publicação do edital com a lista de aprovados na etapa	15/05/2007
☞ Publicação do edital com a apreciação dos recursos interpostos do resultado das provas orais	30/05/2007
RESULTADO FINAL – Publicação do Edital	01/06/2007
☞ Publicação do edital com a apreciação dos recursos interpostos do resultado final	18/06/2007
HOMOLOGAÇÃO	
☞ Publicação do edital de homologação do resultado final	21/06/2007
POSSE	06/08/2007

23º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

**PROCURADORIAS DA REPÚBLICA EM MUNICÍPIOS
QUE RECEBERÃO INSCRIÇÕES**

MARANHÃO
Caxias
Imperatriz
MATO GROSSO DO SUL
Dourados
MINAS GERAIS
Uberaba
Uberlândia
PARÁ
Marabá
Santarém
PARAÍBA
Campina Grande
PARANÁ
Cascavel
Foz do Iguaçu
Guarapuava
Londrina
Maringá
Ponta Grossa
Umuarama
PERNAMBUCO
Caruaru
Petrolina
RIO DE JANEIRO
Campos dos Goytacazes
Niterói
Petrópolis
Volta Redonda
RIO GRANDE DO SUL
Bagé
Bento Gonçalves
Caxias do Sul
Cruz Alta
Lajeado
Novo Hamburgo
Passo Fundo
Pelotas
Rio Grande
Santa Cruz do Sul
Santa Maria
Santa Rosa

Santana do Livramento
Santo Ângelo
Uruguaiana
SANTA CATARINA
Blumenau
Chapecó
Criciúma
Itajaí
Joaçaba
Joinville
Lages
Tubarão
SÃO PAULO
Araçatuba
Bauru
Campinas
Marília
Piracicaba
Presidente Prudente
Ribeirão Preto
Santos
São Bernardo do Campo
São José do Rio Preto
São José dos Campos
Sorocaba

PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

APROVADO PELA RESOLUÇÃO CSMPF Nº 85, DE 18/4/2006

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

1. a) Constituição. Conceito. Classificação.
b) Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Competências do Senado e da Câmara.
c) Ministério Público: princípios constitucionais.
2. a) Norma constitucional. Supremacia. Controle de constitucionalidade: direito comparado.
b) Poder Executivo. Presidencialismo e Parlamentarismo. Ministros de Estado.
c) Distrito Federal. Territórios Federais.
3. a) Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro.
b) Poder Judiciário. Organização.
c) Estado-membro. Competência. Autonomia.
4. a) Direitos sociais e sua efetivação. Normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais vinculantes.
b) Presidente da República: poder regulamentar. Medidas provisórias.
c) União. Competência. Bens da União.
5. a) Poder Constituinte originário e Poder Constituinte derivado. Limitações expressas e implícitas ao poder de emenda.
b) Supremo Tribunal Federal: organização e competência.
c) Município: criação, competência, autonomia.
6. a) Estado Federal. Conceito. Sistemas de repartição de competência. Direito comparado.
b) Poder Judiciário: organização e competência. Normas constitucionais respeitantes à magistratura. Lei de Organização da Magistratura Nacional - LOMAN.
c) Direitos e garantias individuais e coletivos. Instrumentos processuais constitucionais.
7. a) Intervenção federal nos Estados e intervenção estadual nos Municípios.
b) Justiça Comum Federal: organização e competência.
c) Processo legislativo.
8. a) Estado-membro: poder constituinte estadual: autonomia e limitações.
b) Superior Tribunal de Justiça: organização e competência.

- c) Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio.
9. a) Ordem social: comunicação social.
b) O direito internacional dos direitos humanos. A incorporação do direito internacional dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.
c) Segurança Pública.
10. a) Hermenêutica Constitucional.
b) Pactos e Convenções no âmbito da ONU e da OEA.
c) Municípios. Regiões metropolitanas.
11. a) Normas constitucionais: classificação.
b) Administração Pública: princípios constitucionais.
c) Sistema internacional de organismos de promoção e proteção de direitos humanos. Sistema interamericano.
12. a) Controle de constitucionalidade: evolução histórica do sistema brasileiro.
b) Nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro. Refugiados.
c) Servidores públicos: princípios constitucionais.
13. a) Disposições constitucionais transitórias: conceitos e limites.
b) Regime constitucional da propriedade: função socioambiental.
c) Princípio da isonomia.
14. a) Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988.
b) Previdência social e assistência social: configuração constitucional e infraconstitucional.
c) A República.
15. a) Políticas públicas. Política urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.
b) Direito à saúde: configuração constitucional e infraconstitucional.
c) Imunidades e incompatibilidades parlamentares.
16. a) Direito à educação: configuração constitucional e infraconstitucional.
b) Princípios constitucionais do trabalho. Ciência e tecnologia.
c) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
17. a) Configuração constitucional e infraconstitucional da proteção à família, a criança, ao adolescente e ao idoso.
b) Política Nacional de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. O Ministério Público e a defesa dos direitos humanos.
c) Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

18. a) Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários.
b) Direitos das pessoas portadoras de deficiência: configuração constitucional e infraconstitucional.
c) Ação Declaratória de constitucionalidade. Efeito vinculante.
19. a) Advocacia Geral da União, representação judicial e consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal.
b) Direitos e interesses das populações indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos. Populações tradicionais.
c) Inconstitucionalidade por omissão. Ação Direta e Mandado de Injução.
20. a) Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos.
b) Limites constitucionais da investigação parlamentar. Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado.
c) Ocupação tradicional. Procedimento para reconhecimento e demarcação de terras indígenas.
21. a) Conselho Nacional do Ministério Público. Composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional.
b) Violação de Direitos Humanos e tratados Internacionais. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
c) Súmula vinculante.
22. a) Conselho Nacional de Justiça. Composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional.
b) Controle Difuso de Constitucionalidade. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
c) Recurso Extraordinário. Arguição de repercussão geral das questões constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

1. a) Os diferentes critérios adotados para a conceituação do Direito Administrativo. O Direito Administrativo como Direito Público.
b) Atos administrativos gerais e individuais.
c) Utilização dos bens públicos: permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno.
2. a) Objeto do Direito Administrativo. Conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material.
b) Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo.
c) Limitações administrativas: conceito. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas de fronteira. Florestas.

3.
 - a) Fontes do Direito Administrativo.
 - b) Ato administrativo inexistente. A teoria das nulidades no Direito Administrativo.
 - c) Servidões administrativas. Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária.

4.
 - a) Princípios fundamentais do Direito Ambiental.
 - b) Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes.
 - c) Inquérito civil público: natureza, objeto, instauração e conclusão. Ajustamento de conduta.

5.
 - a) Normas constitucionais relativas à proteção ambiental.
 - b) Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
 - c) Privatização.

6.
 - a) A relação jurídico-administrativa. A personalidade de Direito Público. Conceito de pessoa administrativa.
 - b) Contrato administrativo: a discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos.
 - c) Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico. A indenização. Desapropriação por Zona. Direito de extensão. Retrocessão. A chamada desapropriação indireta.

7.
 - a) A teoria do órgão da pessoa jurídica: sua aplicação no campo do Direito Administrativo.
 - b) Repartição de competências em matéria ambiental
 - c) Formação do contrato administrativo: elementos. A licitação: conceito, modalidades e procedimentos; a dispensa de licitação.

8.
 - a) Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. Administração Pública ativa e consultiva.
 - b) Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão.
 - c) Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies. Evolução do regime jurídico no Brasil.

9.
 - a) A competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Ausência de competência: o agente de fato.
 - b) Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas.
 - c) Controle interno e externo da Administração Pública: *Ombudsman*. Procurador Federal dos Direitos do Cidadão. Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública. O controle jurisdicional da Administração Pública no direito brasileiro.

10.
 - a) Sistema nacional de unidades de conservação da natureza.
 - b) Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. Consórcios administrativos.
 - c) Estatuto do Ministério Público Federal.

11.
 - a) Hierarquia. O poder hierárquico e suas manifestações.
 - b) Modalidades da atividade administrativa do Estado. O fomento da Administração Pública aos particulares. Setor público não-estatal: organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público.
 - c) Improbidade administrativa.

12.
 - a) Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração Pública direta e indireta.
 - b) Poder de polícia: conceito. Polícia judiciária e polícia administrativa. As liberdades públicas e o poder de polícia.
 - c) A responsabilidade patrimonial do Estado por atos da Administração Pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos.

13.
 - a) Autarquia. Sociedade de economia mista. Empresa pública. Fundação pública.
 - b) Infrações ambientais. Sanções administrativas.
 - c) Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.

14.
 - a) Agências reguladoras e executivas.
 - b) Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. O usuário do serviço público.
 - c) Agentes públicos. Servidor público e funcionário público. Natureza jurídica da relação de emprego público. Agentes políticos.

15.
 - a) Contratos de gestão.
 - b) A concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime financeiro.
 - c) Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente.

16.
 - a) O Estado e a proteção do patrimônio cultural.
 - b) Extinção da concessão de serviço público; a reversão dos bens. Permissão e autorização.
 - c) Funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Funcionário ocupante de cargo em comissão.

17.
 - a) Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo; elementos, procedimento administrativo.

- b) Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público.
 - c) Direitos, deveres e responsabilidade dos funcionários públicos.
- 18.
- a) Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo.
 - b) Recursos hídricos. Regime jurídico das águas. Domínio público aéreo.
 - c) Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
- 19.
- a) Atos administrativos simples, complexos e compostos.
 - b) Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil. Vias públicas. Portos.
 - c) Procedimento administrativo. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa.
- 20.
- a) Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.
 - b) Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica: regime jurídico.
 - c) Licenciamento ambiental. Estudo de impacto ambiental. Audiências públicas.

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

- 1.
- a) Competência tributária.
 - b) Obrigação tributária.
 - c) Direito Financeiro: Conceito e objeto.
- 2.
- a) Conflitos de competência tributária.
 - b) Fato gerador.
 - c) Contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- 3.
- a) Receitas públicas: conceito e classificação.
 - b) Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária.
 - c) Processo tributário administrativo.
- 4.
- a) Princípio da legalidade.
 - b) Responsabilidade tributária.
 - c) Empréstimo Compulsório.
- 5.
- a) Princípio da anterioridade.
 - b) Despesas públicas: conceito e espécies.
 - c) Contribuições sociais.
- 6.
- a) Princípios da igualdade, da uniformidade e da capacidade contributiva.
 - b) Interpretação das normas gerais de orçamento.
 - c) Contribuição de Melhoria.

7.
 - a) Normas gerais de Direito Tributário.
 - b) Orçamento. Conceito. Proposta orçamentária. Exercício financeiro. Restos a pagar.
 - c) Taxa.

8.
 - a) Imunidade tributária recíproca.
 - b) Fiscalização e controle da execução orçamentária e financeira. O Tribunal de Contas no Brasil e suas atribuições.
 - c) Imposto.

9.
 - a) Imunidade tributária recíproca: autarquias e empresas públicas.
 - b) Lançamento.
 - c) Fiscalização tributária. A organização da Receita Federal.

10.
 - a) Imunidade tributária de partidos políticos e entidades sindicais.
 - b) Suspensão do crédito tributário.
 - c) Matéria Tributária em Juízo: execução fiscal, ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança.

11.
 - a) Imunidade tributária de instituições de educação e de assistência social.
 - b) Extinção do crédito tributário: modalidades.
 - c) Crédito público: conceito e classificação.

12.
 - a) Imunidade tributária de livros, jornais, periódicos e de papel para impressão.
 - b) Extinção do crédito tributário: pagamento.
 - c) Fundos. Instituição e funcionamento. Controle.

13.
 - a) Repartição da receita tributária.
 - b) Decadência.
 - c) Impostos dos Municípios.

14.
 - a) Tributo.
 - b) Prescrição.
 - c) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.

15.
 - a) Preços públicos.
 - b) Pagamento indevido.
 - c) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços.

16.
 - a) Pedágio.
 - b) Isenção e anistia.
 - c) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

17.
 - a) Limitações ao poder de tributar decorrente do federalismo.
 - b) Garantias e privilégios do crédito tributário.
 - c) Imposto sobre produtos industrializados.
18.
 - a) Fontes do Direito Tributário.
 - b) Garantias e privilégios do crédito tributário: preferências.
 - c) Imposto sobre propriedade territorial rural.
19.
 - a) Vigência e aplicação das leis tributárias.
 - b) Dívida ativa. Certidões negativas.
 - c) Imposto sobre operações financeiras. Contribuição provisória sobre movimentação financeira.
20.
 - a) Interpretação e integração das leis tributárias.
 - b) Lei de responsabilidade fiscal: aplicação e inovações (LC nº 101/2000).
 - c) Impostos sobre importação e exportação.

GRUPO II

DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR

1.
 - a) Direito econômico. Conceito. Objeto. Competência legislativa.
 - b) Ordem econômica: princípios constitucionais.
 - c) A livre concorrência.
2.
 - a) Apropriação privada dos meios de produção.
 - b) Jazidas, em lavra ou não. Recursos minerais. Propriedade. Exploração e aproveitamento. Autorização e concessão. Limites. Interesse nacional.
 - c) Intervenção estatal no domínio econômico: competência.
3.
 - a) O sistema do Código de Defesa do Consumidor.
 - b) Princípios especiais estabelecidos na Lei nº 8.078/90.
 - c) Consumidor: conceito e espécies.
4.
 - a) Empresas estatais: prestadoras de serviços públicos. Regime jurídico.
 - b) Liberdade de iniciativa econômica. Limitações e condicionamentos.
 - c) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Natureza jurídica. Propósito, princípios e instrumentos. Solução de controvérsias entre Estados-Partes.
5.
 - a) A proteção à saúde e à segurança do consumidor.
 - b) A responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto.
 - c) A decadência e a prescrição aplicadas às relações de consumo.

6.
 - a) Atuação estatal na economia em regime de monopólio.
 - b) Empresas estatais exploradoras de atividade econômica: regime jurídico.
 - c) Abuso do poder econômico: eliminação de concorrência.
7.
 - a) Abuso do poder econômico: prevenção. Procedimentos administrativos.
 - b) Fusão, Incorporação, integração e outras formas de concentração de empresas. Limites. Requisitos.
 - c) Abuso do poder econômico: domínio de mercados.
8.
 - a) Abuso do poder econômico: instrumentos de repressão. Processo e procedimentos administrativos. Lei antitruste. A atuação do Ministério Público Federal perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.
 - b) O liberalismo econômico e o Estado intervencionista.
 - c) Práticas comerciais restritivas: colusão ou acordo de cartelização. Cartéis internos.
9.
 - a) O conceito de fornecedor.
 - b) O direito do consumidor na prestação de serviços públicos.
 - c) A responsabilidade solidária dos causadores do dano.
10.
 - a) Abuso do poder econômico: aumento arbitrário de preços.
 - b) O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica.
 - c) Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes.

DIREITO CIVIL

1.
 - a) Da aplicação da lei no tempo e no espaço.
 - b) Das obrigações quanto às suas modalidades.
 - c) Da posse e dos interditos.
2.
 - a) Da hermenêutica jurídica.
 - b) Dos contratos.
 - c) Da propriedade.
3.
 - a) Das fontes do direito.
 - b) Do mandato, da gestão de negócios e da representação.
 - c) Do condomínio e da empreitada.
4.
 - a) Dos bens.
 - b) Da fiança, do depósito e da corretagem.
 - c) Da alienação fiduciária em garantia e do contrato de transporte.

5.
 - a) Das pessoas naturais. Dos direitos da personalidade. Da ausência.
 - b) Da compra e venda e de suas cláusulas especiais.
 - c) Dos legados e do inventário e partilha.
6.
 - a) Dos fatos jurídicos, dos atos jurídicos e dos negócios jurídicos.
 - b) Da troca, da doação e do jogo e da aposta.
 - c) Da superfície, da enfiteuse, das servidões, do uso e da habitação.
7.
 - a) Da prescrição e da decadência, do enriquecimento ilícito e do pagamento indevido.
 - b) Da locação, do mútuo e do comodato.
 - c) Da relação de parentesco e dos alimentos.
8.
 - a) Do seguro e da promessa de recompensa.
 - b) Da cessão de crédito, das arras e da transação.
 - c) Da sucessão hereditária e da herança jacente e vacante.
9.
 - a) Dos defeitos dos atos jurídicos, sua nulidade e anulabilidade, da fraude a credores e da onerosidade contratual.
 - b) Da cláusula penal e dos juros.
 - c) Do testamento e da sucessão testamentária.
10.
 - a) Das modalidades dos atos jurídicos, da evicção e dos vícios redibitórios.
 - b) Das obrigações por declaração unilateral de vontade. Liquidação das obrigações e correção monetária.
 - c) Da sociedade limitada e da sociedade anônima.
11.
 - a) Dos atos ilícitos e sua reparação.
 - b) Da extinção das obrigações.
 - c) Do reconhecimento de filhos e da adoção. Convenção Internacional de Haia.
12.
 - a) Das pessoas jurídicas. Das associações e das fundações.
 - b) Do penhor e da hipoteca.
 - c) Do poder familiar: conceito, exercício, suspensão e extinção.
13.
 - a) Dos registros públicos.
 - b) Do estabelecimento.
 - c) Dos direitos de vizinhança.
14.
 - a) Do casamento civil. Do casamento religioso com efeitos civis. Do concubinato. Da união estável.
 - b) Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades.

- c) Do contrato estimatório, da prestação de serviços e da constituição de renda.
- 15.
 - a) Do casamento de estrangeiros e no exterior.
 - b) Dos títulos de créditos.
 - c) Das sociedades dependentes de autorização oficial. Das sociedades simples.
- 16.
 - a) Do casamento inexistente, nulo e anulável.
 - b) Da tutela e da curatela.
 - c) Da inseminação artificial. Da alteração de sexo. Da pesquisa científica em seres humanos.
- 17.
 - a) Da forma e da prova dos atos jurídicos.
 - b) Do inadimplemento das obrigações e da responsabilidade contratual.
 - c) Da sonegação e das colações.
- 18.
 - a) Dos efeitos jurídicos do casamento.
 - b) Da responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.
 - c) Da responsabilidade do transportador aéreo.
- 19.
 - a) Dos regimes de bens no casamento.
 - b) Da teoria da imprevisão, do caso fortuito e da força maior.
 - c) Da sucessão legítima.
- 20.
 - a) Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugais.
 - b) Do concurso de credores.
 - c) Da promessa de compra e venda, do direito real do promitente comprador e da anticrese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1.
 - a) Jurisdição: conceito, características e órgãos.
 - b) Procedimento ordinário e sumário.
 - c) Execução: conceito, espécies, pressupostos, partes e competência.
- 2.
 - a) Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações.
 - b) Audiência de instrução e julgamento.
 - c) Mandado de Injunção. *Habeas data*.

3. a) Processo: conceito e natureza jurídica. Pressupostos processuais. Princípios fundamentais. Conceito e mérito.
b) Sentença. Liquidação e cumprimento da sentença.
c) Embargos de Divergência.
4. a) Partes. Capacidade. Legitimação. Substituição processual.
b) Prova. Princípios gerais. Ônus da prova.
c) Liquidação e execução em ações coletivas.
5. a) Litisconsórcio. Assistência.
b) Ação de consignação em pagamento.
c) Embargos de declaração. Embargos Infringentes.
6. a) Petição inicial: função e conteúdo; vícios e inadmissibilidade da demanda; cumulação de pedidos.
b) Ação popular.
c) Recurso Extraordinário.
7. a) Formação, suspensão e extinção do processo.
b) Ação de desapropriação.
c) A instrumentalidade do sistema processual.
8. a) Comunicação processual. Prazos.
b) Recurso Especial.
c) Ação cível originária nos tribunais. Reclamação. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
9. a) Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis.
b) Provas em espécie. Procedimento probatório.
c) Ação de improbidade administrativa.
10. a) Intervenção de terceiros.
b) Recursos. Duplo grau de jurisdição.
c) Execução por quantia certa contra devedor solvente.
11. a) Ação Declaratória Incidental.
b) Medidas cautelares. Tutela inibitória.
c) Embargos do Devedor. Responsabilidade patrimonial e fraudes do devedor.
12. a) Atos processuais. Prazos. Despesas processuais. Honorários.
b) Ações possessórias.
c) Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer.

13.
 - a) Jurisdição: princípios, espécies e limites.
 - b) Ação de alimentos e convenções internacionais.
 - c) Antecipação da tutela definitiva.
14.
 - a) Ação discriminatória, de divisão e de demarcação.
 - b) Mandado de segurança.
 - c) Apelação.
15.
 - a) Arguição incidental de inconstitucionalidade.
 - b) Ação rescisória.
 - c) Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Ação monitória.
16.
 - a) Ação declaratória.
 - b) Julgamento conforme o estado do processo.
 - c) Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.
17.
 - a) Ação de usucapião.
 - b) Embargos de terceiro.
 - c) Ações coletivas. Direitos e interesses individuais homogêneos.
18.
 - a) O Ministério Público no processo civil.
 - b) Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade.
 - c) Competência interna: classificação, divisão e modificação. Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória.
19.
 - a) Coisa julgada e preclusão.
 - b) Ação civil pública. Direitos e interesses difusos e coletivos.
 - c) Incidentes de uniformização de jurisprudência e de inconstitucionalidade.
20.
 - a) Coisa julgada nas ações coletivas.
 - b) Agravo retido e de instrumento. Agravo regimental.
 - c) Execução contra a Fazenda Pública.

GRUPO III

DIREITO ELEITORAL

1. **AQUISIÇÃO DA CIDADANIA**
 - a) Alistamento eleitoral e voto.
 - b) Domicílio eleitoral. Conceito, transferência e prazos.
 - c) Perda ou suspensão dos direitos políticos.

2. **O SUFRÁGIO UNIVERSAL**
 - a) Voto universal, direto e secreto.
 - b) Nacionalidade e Cidadania. Direitos políticos. Cargos privativos de brasileiro nato.
 - c) Plebiscito e referendo. Iniciativa popular.

3. **DA ORGANIZAÇÃO DO ELEITORADO**
 - a) Seções, zonas e circunscrições eleitorais.
 - b) Fraude no alistamento eleitoral e revisão do eleitorado.
 - c) Votação. Voto eletrônico. Mesas receptoras. Fiscalização.

4. **JUSTIÇA ELEITORAL**
 - a) Jurisdição e competência. Peculiaridades da Justiça Eleitoral. Consultas, instruções, administração e contencioso.
 - b) Juntas, Juizes e Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral.
 - c) Recursos eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo.

5. **INELEGIBILIDADE**
 - a) Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.
 - b) Condições de elegibilidade.
 - c) Registros de candidaturas. Impugnação. Legitimidade.

6. **PROPAGANDA ELEITORAL**
 - a) Propaganda eleitoral em geral. Início. Bens públicos e bens particulares. Símbolos e imagens semelhantes a órgãos do governo.
 - b) Propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Direito de resposta. Pesquisas e testes pré-eleitorais.
 - c) Propaganda eleitoral na imprensa e mediante *outdoors*. Comícios. Auto-falantes e distribuição de material de propaganda política. Distribuição proporcional de horários gratuitos pelos meios de comunicação audiovisuais.

7. **ABUSOS DE PODER NO PROCESSO ELEITORAL**
 - a) Abuso do Poder Econômico, Político e dos Meios de Comunicação Social. Representação à Justiça Eleitoral.
 - b) Recurso contra a Diplomação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.
 - c) Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais. Captação de sufrágio.

8. **PARTIDOS POLÍTICOS**
 - a) Partidos Políticos. Princípios constitucionais a serem observados na sua criação. Vedações.

- b) Personalidade jurídica dos Partidos Políticos. Registro e funcionamento. Estatutos. Fundo Partidário.
- c) Autonomia dos Partidos Políticos. Normas de fidelidade e disciplina partidárias.

9. CRIMES ELEITORAIS

- a) Crimes eleitorais. Jurisdição e competência.
- b) Natureza e tipicidade dos crimes eleitorais. Bem jurídico protegido. Código Eleitoral e legislação esparsa.
- c) Ação penal. Propositura. Processo e julgamento. Recursos.

10. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- a) A função eleitoral do Ministério Público Federal. Procuradoria Regional Eleitoral. Ministério Público Estadual.
- b) A atuação do Ministério Público Eleitoral junto à Justiça Eleitoral. Fiscalização, processos, ações e recursos. Legitimidade.
- c) A ação penal pública pela prática de crimes eleitorais. Titularidade.

DIREITO PENAL

- 1.
 - a) Princípios básicos do Direito Penal.
 - b) Extinção da punibilidade.
 - c) Crimes contra a fé pública: moeda falsa.
- 2.
 - a) Aplicação da lei penal no tempo.
 - b) Perdão judicial. Escusa absolutória.
 - c) Crimes contra a administração pública praticados por funcionário público contra a administração em geral.
- 3.
 - a) Aplicação da lei penal no espaço.
 - b) Medidas de segurança no Código Penal e em leis especiais. Medidas sócio-educativas.
 - c) Crimes contra a administração pública praticados por particular contra a administração em geral.
- 4.
 - a) Aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções.
 - b) Efeitos da condenação no Código Penal e em leis especiais.
 - c) Crimes contra a administração da Justiça.
- 5.
 - a) Teoria da conduta.
 - b) Tipo e tipicidade penal. Exclusão.
 - c) Crimes de maus-tratos, tortura e abuso de autoridade.
- 6.
 - a) Relação de causalidade.
 - b) Ilícitude penal. Exclusão.
 - c) Crimes contra o meio ambiente.

7.
 - a) Imputabilidade penal. Causas de exclusão. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.
 - b) Aplicação da pena.
 - c) Crimes de lavagem de dinheiro.
8.
 - a) Interpretação e aplicação da lei penal. Concurso aparente de normas.
 - b) Eficácia da sentença estrangeira, extradição e entrega.
 - c) Crimes contra as finanças públicas. Crimes contra o sistema financeiro.
9.
 - a) Culpabilidade penal. Causas de exclusão.
 - b) Tentativa e consumação. Crime impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
 - c) Crimes contra a ordem tributária. Crimes praticados no âmbito da previdência.
10.
 - a) Crime: classificação. Crimes hediondos.
 - b) Crimes contra a honra no Código Penal e na Lei de Imprensa.
 - c) Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes e que causem dependência física ou psíquica.
11.
 - a) Concurso de pessoas.
 - b) Crimes contra a liberdade pessoal.
 - c) Crimes contra a propriedade intelectual.
12.
 - a) Concurso material, formal e continuidade delitiva.
 - b) Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos.
 - c) Crimes contra a ordem econômica e contra as relações de consumo.
13.
 - a) O erro no Direito Penal, suas espécies e conseqüências.
 - b) Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo e da extorsão, do dano.
 - c) Crimes contra o sistema financeiro.
14.
 - a) Pena: fins e espécies.
 - b) Crimes contra o patrimônio: esbulho possessório, apropriação indébita e receptação.
 - c) Genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Estatuto de Roma).
15.
 - a) Penas privativas de liberdade.
 - b) Crimes contra o patrimônio: estelionato e outras fraudes do art. 171; fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações.
 - c) Crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência. Crimes contra os índios. Crimes contra os idosos.

16. a) Pena de multa.
b) Crimes de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores; do lenocínio e do tráfico de pessoas.
c) Crimes de responsabilidade (Lei nº 1079/50 e Decreto-lei nº 201/67).
17. a) Penas pecuniárias.
b) Aplicação da pena.
c) Crimes contra o estado de filiação e a assistência familiar. Tutela penal da criança e do adolescente.
18. a) Suspensão condicional da execução da pena. Livramento condicional.
b) Crimes nas licitações públicas.
c) Crimes de perigo comum, contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Crimes de arma de fogo.
19. a) Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitação da vida e da saúde. b) Crimes contra a fé pública: falsidade documental e outras falsidades.
c) Crimes políticos. Crimes militares.
20. a) Crimes contra a saúde pública.
b) Crimes contra a paz pública. Lei nº 9.034, de 3/05/95.
c) Crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. a) Processo Penal: princípios.
b) Prova documental.
c) Apelação.
2. a) Sistemas processuais.
b) Prova testemunhal. Reconhecimentos de pessoas e coisas. Acareação.
c) O Pacto de São José e o seu impacto no processo penal brasileiro.
3. a) Ação penal: princípios.
b) Indícios.
c) Embargos de declaração, infringentes e de divergência.
4. a) Inquérito policial.
b) Busca e apreensão. Interceptação das comunicações.
c) Revisão criminal.
5. a) Ação penal: espécies.
b) Assistência no processo penal.
c) Sigilo bancário e sigilo fiscal.

6.
 - a) Arquivamento do inquérito.
 - b) O acusado e seu defensor.
 - c) O Ministério Público e o Juiz no processo penal.
7.
 - a) Efeitos civis da sentença condenatória.
 - b) Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes.
 - c) Cartas precatória, rogatória e de ordem.
8.
 - a) Perdão, renúncia, perempção, decadência e prescrição.
 - b) Prisão.
 - c) *Habeas corpus*. Mandado de segurança em matéria penal.
9.
 - a) Organização judiciária penal.
 - b) Liberdade provisória com e sem fiança.
 - c) Execução das penas privativas de liberdade. Indulto, graça e anistia.
10.
 - a) Jurisdição e competência.
 - b) Citação, notificação e intimação.
 - c) Provas ilícitas.
11.
 - a) Lei de execução penal. Participação do Ministério Público no Conselho Penitenciário.
 - b) Sentença.
 - c) Execução da pena de multa.
12.
 - a) Competência da Justiça Federal.
 - b) Procedimentos comum, sumário e especiais.
 - c) Execução das penas restritivas de direito.
13.
 - a) Questões prejudiciais. Exceções. Conflitos.
 - b) Recursos: princípios e espécies.
 - c) Juizados Especiais Criminais.
14.
 - a) Medidas acautelatórias.
 - b) Procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri.
 - c) Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cooperação internacional na investigação de crimes.
15.
 - a) Proteção especial a vítimas e testemunhas.
 - b) Transação.
 - c) Denúncia. Queixa. Alegações finais. Libelo.
16.
 - a) Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens.
 - b) Arquivamento do inquérito policial.
 - c) Atos processuais: lugar, forma de realização, prazos e sanções.

17.
 - a) Medidas assecuratórias.
 - b) Ação penal originária.
 - c) Proteção aos réus colaboradores.

18.
 - a) Incidentes: de falsidade; de insanidade mental do acusado.
 - b) Nulidades.
 - c) Procedimento relativo aos crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079/50 e Decreto-lei nº 201/67).

19.
 - a) Prova: princípios gerais. Prova pericial.
 - b) Recursos especial, extraordinário, ordinário constitucional.
 - c) Suspensão condicional do processo.

20.
 - a) Interrogatório do acusado, confissão, perguntas ao ofendido.
 - b) Recurso em sentido estrito. Agravos. Correição parcial.
 - c) Procedimento relativo aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes.

PROGRAMA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

APROVADO PELA RESOLUÇÃO CSMPF Nº 85, DE 18/4/2006

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

1. a) Constituição. Conceito. Classificação.
b) Poder Legislativo. Organização. Atribuições do Congresso Nacional. Competências do Senado e da Câmara.
c) Ministério Público: princípios constitucionais.
2. a) Norma constitucional. Supremacia. Controle de constitucionalidade: direito comparado.
b) Poder Executivo. Presidencialismo e Parlamentarismo. Ministros de Estado.
c) Distrito Federal. Territórios Federais.
3. a) Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro.
b) Poder Judiciário. Organização.
c) Estado-membro. Competência. Autonomia.
4. a) Direitos sociais e sua efetivação. Normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais vinculantes.
b) Presidente da República: poder regulamentar. Medidas provisórias.
c) União. Competência. Bens da União.
5. a) Poder Constituinte originário e Poder Constituinte derivado. Limitações expressas e implícitas ao poder de emenda.
b) Supremo Tribunal Federal: organização e competência.
c) Município: criação, competência, autonomia.
6. a) Estado Federal. Conceito. Sistemas de repartição de competência. Direito comparado.
b) Poder Judiciário: organização e competência. Normas constitucionais respeitantes à magistratura. Lei de Organização da Magistratura Nacional - LOMAN.
c) Direitos e garantias individuais e coletivos. Instrumentos processuais constitucionais.
7. a) Intervenção federal nos Estados e intervenção estadual nos Municípios.
b) Justiça Comum Federal: organização e competência.
c) Processo legislativo.
8. a) Estado-membro: poder constituinte estadual: autonomia e limitações.
b) Superior Tribunal de Justiça: organização e competência.

- c) Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio.
9. a) Ordem social: comunicação social.
b) O direito internacional dos direitos humanos. A incorporação do direito internacional dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.
c) Segurança Pública.
10. a) Hermenêutica Constitucional.
b) Pactos e Convenções no âmbito da ONU e da OEA.
c) Municípios. Regiões metropolitanas.
11. a) Normas constitucionais: classificação.
b) Administração Pública: princípios constitucionais.
c) Sistema internacional de organismos de promoção e proteção de direitos humanos. Sistema interamericano.
12. a) Controle de constitucionalidade: evolução histórica do sistema brasileiro.
b) Nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro. Refugiados.
c) Servidores públicos: princípios constitucionais.
13. a) Disposições constitucionais transitórias: conceitos e limites.
b) Regime constitucional da propriedade: função socioambiental.
c) Princípio da isonomia.
14. a) Federação brasileira: características, discriminação de competência na Constituição de 1988.
b) Previdência social e assistência social: configuração constitucional e infraconstitucional.
c) A República.
15. a) Políticas públicas. Política urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.
b) Direito à saúde: configuração constitucional e infraconstitucional.
c) Imunidades e incompatibilidades parlamentares.
16. a) Direito à educação: configuração constitucional e infraconstitucional.
b) Princípios constitucionais do trabalho. Ciência e tecnologia.
c) Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
17. a) Configuração constitucional e infraconstitucional da proteção à família, a criança, ao adolescente e ao idoso.
b) Política Nacional de Direitos Humanos. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. O Ministério Público e a defesa dos direitos humanos.
c) Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.

18.
 - a) Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários.
 - b) Direitos das pessoas portadoras de deficiência: configuração constitucional e infraconstitucional.
 - c) Ação Declaratória de constitucionalidade. Efeito vinculante.
19.
 - a) Advocacia Geral da União, representação judicial e consultoria jurídica dos Estados e do Distrito Federal.
 - b) Direitos e interesses das populações indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos. Populações tradicionais.
 - c) Inconstitucionalidade por omissão. Ação Direta e Mandado de Injução.
20.
 - a) Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos.
 - b) Limites constitucionais da investigação parlamentar. Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado.
 - c) Ocupação tradicional. Procedimento para reconhecimento e demarcação de terras indígenas.
21.
 - a) Conselho Nacional do Ministério Público. Composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional.
 - b) Violação de Direitos Humanos e tratados Internacionais. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
 - c) Súmula vinculante.
22.
 - a) Conselho Nacional de Justiça. Composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional.
 - b) Controle Difuso de Constitucionalidade. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
 - c) Recurso Extraordinário. Arguição de repercussão geral das questões constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

1.
 - a) Os diferentes critérios adotados para a conceituação do Direito Administrativo. O Direito Administrativo como Direito Público.
 - b) Atos administrativos gerais e individuais.
 - c) Utilização dos bens públicos: permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno.
2.
 - a) Objeto do Direito Administrativo. Conceito de Administração Pública sob os aspectos orgânico, formal e material.
 - b) Atos administrativos vinculados e discricionários. O mérito do ato administrativo.
 - c) Limitações administrativas: conceito. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas de fronteira. Florestas.

3.
 - a) Fontes do Direito Administrativo.
 - b) Ato administrativo inexistente. A teoria das nulidades no Direito Administrativo.
 - c) Servidões administrativas. Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária.

4.
 - a) Princípios fundamentais do Direito Ambiental.
 - b) Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes.
 - c) Inquérito civil público: natureza, objeto, instauração e conclusão. Ajustamento de conduta.

5.
 - a) Normas constitucionais relativas à proteção ambiental.
 - b) Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
 - c) Privatização.

6.
 - a) A relação jurídico-administrativa. A personalidade de Direito Público. Conceito de pessoa administrativa.
 - b) Contrato administrativo: a discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos.
 - c) Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico. A indenização. Desapropriação por Zona. Direito de extensão. Retrocessão. A chamada desapropriação indireta.

7.
 - a) A teoria do órgão da pessoa jurídica: sua aplicação no campo do Direito Administrativo.
 - b) Repartição de competências em matéria ambiental
 - c) Formação do contrato administrativo: elementos. A licitação: conceito, modalidades e procedimentos; a dispensa de licitação.

8.
 - a) Classificação dos órgãos e funções da Administração Pública. Administração Pública ativa e consultiva.
 - b) Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão.
 - c) Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies. Evolução do regime jurídico no Brasil.

9.
 - a) A competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Ausência de competência: o agente de fato.
 - b) Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas.
 - c) Controle interno e externo da Administração Pública: *Ombudsman*. Procurador Federal dos Direitos do Cidadão. Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública. O controle jurisdicional da Administração Pública no direito brasileiro.

10.
 - a) Sistema nacional de unidades de conservação da natureza.
 - b) Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. Consórcios administrativos.
 - c) Estatuto do Ministério Público Federal.

11.
 - a) Hierarquia. O poder hierárquico e suas manifestações.
 - b) Modalidades da atividade administrativa do Estado. O fomento da Administração Pública aos particulares. Setor público não-estatal: organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público.
 - c) Improbidade administrativa.

12.
 - a) Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. Administração Pública direta e indireta.
 - b) Poder de polícia: conceito. Polícia judiciária e polícia administrativa. As liberdades públicas e o poder de polícia.
 - c) A responsabilidade patrimonial do Estado por atos da Administração Pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos.

13.
 - a) Autarquia. Sociedade de economia mista. Empresa pública. Fundação pública.
 - b) Infrações ambientais. Sanções administrativas.
 - c) Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.

14.
 - a) Agências reguladoras e executivas.
 - b) Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. O usuário do serviço público.
 - c) Agentes públicos. Servidor público e funcionário público. Natureza jurídica da relação de emprego público. Agentes políticos.

15.
 - a) Contratos de gestão.
 - b) A concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime financeiro.
 - c) Sistema nacional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente.

16.
 - a) O Estado e a proteção do patrimônio cultural.
 - b) Extinção da concessão de serviço público; a reversão dos bens. Permissão e autorização.
 - c) Funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Funcionário ocupante de cargo em comissão.

17.
 - a) Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo; elementos, procedimento administrativo.

- b) Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público.
 - c) Direitos, deveres e responsabilidade dos funcionários públicos.
18. a) Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo.
b) Recursos hídricos. Regime jurídico das águas. Domínio público aéreo.
c) Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
19. a) Atos administrativos simples, complexos e compostos.
b) Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil. Vias públicas. Portos.
c) Procedimento administrativo. A instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa.
20. a) Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.
b) Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica: regime jurídico.
c) Licenciamento ambiental. Estudo de impacto ambiental. Audiências públicas.

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

1. a) Competência tributária.
b) Obrigação tributária.
c) Direito Financeiro: Conceito e objeto.
2. a) Conflitos de competência tributária.
b) Fato gerador.
c) Contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
3. a) Receitas públicas: conceito e classificação.
b) Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária.
c) Processo tributário administrativo.
4. a) Princípio da legalidade.
b) Responsabilidade tributária.
c) Empréstimo Compulsório.
5. a) Princípio da anterioridade.
b) Despesas públicas: conceito e espécies.
c) Contribuições sociais.
6. a) Princípios da igualdade, da uniformidade e da capacidade contributiva.
b) Interpretação das normas gerais de orçamento.
c) Contribuição de Melhoria.

7.
 - a) Normas gerais de Direito Tributário.
 - b) Orçamento. Conceito. Proposta orçamentária. Exercício financeiro. Restos a pagar.
 - c) Taxa.
8.
 - a) Imunidade tributária recíproca.
 - b) Fiscalização e controle da execução orçamentária e financeira. O Tribunal de Contas no Brasil e suas atribuições.
 - c) Imposto.
9.
 - a) Imunidade tributária recíproca: autarquias e empresas públicas.
 - b) Lançamento.
 - c) Fiscalização tributária. A organização da Receita Federal.
10.
 - a) Imunidade tributária de partidos políticos e entidades sindicais.
 - b) Suspensão do crédito tributário.
 - c) Matéria Tributária em Juízo: execução fiscal, ação anulatória de débito fiscal e mandado de segurança.
11.
 - a) Imunidade tributária de instituições de educação e de assistência social.
 - b) Extinção do crédito tributário: modalidades.
 - c) Crédito público: conceito e classificação.
12.
 - a) Imunidade tributária de livros, jornais, periódicos e de papel para impressão.
 - b) Extinção do crédito tributário: pagamento.
 - c) Fundos. Instituição e funcionamento. Controle.
13.
 - a) Repartição da receita tributária.
 - b) Decadência.
 - c) Impostos dos Municípios.
14.
 - a) Tributo.
 - b) Prescrição.
 - c) Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.
15.
 - a) Preços públicos.
 - b) Pagamento indevido.
 - c) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços.
16.
 - a) Pedágio.
 - b) Isenção e anistia.
 - c) Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza.

17.
 - a) Limitações ao poder de tributar decorrente do federalismo.
 - b) Garantias e privilégios do crédito tributário.
 - c) Imposto sobre produtos industrializados.
18.
 - a) Fontes do Direito Tributário.
 - b) Garantias e privilégios do crédito tributário: preferências.
 - c) Imposto sobre propriedade territorial rural.
19.
 - a) Vigência e aplicação das leis tributárias.
 - b) Dívida ativa. Certidões negativas.
 - c) Imposto sobre operações financeiras. Contribuição provisória sobre movimentação financeira.
20.
 - a) Interpretação e integração das leis tributárias.
 - b) Lei de responsabilidade fiscal: aplicação e inovações (LC nº 101/2000).
 - c) Impostos sobre importação e exportação.

GRUPO II

DIREITO ECONÔMICO E DIREITO DO CONSUMIDOR

1.
 - a) Direito econômico. Conceito. Objeto. Competência legislativa.
 - b) Ordem econômica: princípios constitucionais.
 - c) A livre concorrência.
2.
 - a) Apropriação privada dos meios de produção.
 - b) Jazidas, em lavra ou não. Recursos minerais. Propriedade. Exploração e aproveitamento. Autorização e concessão. Limites. Interesse nacional.
 - c) Intervenção estatal no domínio econômico: competência.
3.
 - a) O sistema do Código de Defesa do Consumidor.
 - b) Princípios especiais estabelecidos na Lei nº 8.078/90.
 - c) Consumidor: conceito e espécies.
4.
 - a) Empresas estatais: prestadoras de serviços públicos. Regime jurídico.
 - b) Liberdade de iniciativa econômica. Limitações e condicionamentos.
 - c) Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Natureza jurídica. Propósito, princípios e instrumentos. Solução de controvérsias entre Estados-Partes.
5.
 - a) A proteção à saúde e à segurança do consumidor.
 - b) A responsabilidade civil pelo fato e pelo vício do produto.
 - c) A decadência e a prescrição aplicadas às relações de consumo.

6.
 - a) Atuação estatal na economia em regime de monopólio.
 - b) Empresas estatais exploradoras de atividade econômica: regime jurídico.
 - c) Abuso do poder econômico: eliminação de concorrência.
7.
 - a) Abuso do poder econômico: prevenção. Procedimentos administrativos.
 - b) Fusão, Incorporação, integração e outras formas de concentração de empresas. Limites. Requisitos.
 - c) Abuso do poder econômico: domínio de mercados.
8.
 - a) Abuso do poder econômico: instrumentos de repressão. Processo e procedimentos administrativos. Lei antitruste. A atuação do Ministério Público Federal perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.
 - b) O liberalismo econômico e o Estado intervencionista.
 - c) Práticas comerciais restritivas: colusão ou acordo de cartelização. Cartéis internos.
9.
 - a) O conceito de fornecedor.
 - b) O direito do consumidor na prestação de serviços públicos.
 - c) A responsabilidade solidária dos causadores do dano.
10.
 - a) Abuso do poder econômico: aumento arbitrário de preços.
 - b) O Estado como agente normativo e regulador de atividade econômica.
 - c) Concentração econômica. Monopólios privados, oligopólios e trustes.

DIREITO CIVIL

1.
 - a) Da aplicação da lei no tempo e no espaço.
 - b) Das obrigações quanto às suas modalidades.
 - c) Da posse e dos interditos.
2.
 - a) Da hermenêutica jurídica.
 - b) Dos contratos.
 - c) Da propriedade.
3.
 - a) Das fontes do direito.
 - b) Do mandato, da gestão de negócios e da representação.
 - c) Do condomínio e da empreitada.
4.
 - a) Dos bens.
 - b) Da fiança, do depósito e da corretagem.
 - c) Da alienação fiduciária em garantia e do contrato de transporte.

5.
 - a) Das pessoas naturais. Dos direitos da personalidade. Da ausência.
 - b) Da compra e venda e de suas cláusulas especiais.
 - c) Dos legados e do inventário e partilha.
6.
 - a) Dos fatos jurídicos, dos atos jurídicos e dos negócios jurídicos.
 - b) Da troca, da doação e do jogo e da aposta.
 - c) Da superfície, da enfiteuse, das servidões, do uso e da habitação.
7.
 - a) Da prescrição e da decadência, do enriquecimento ilícito e do pagamento indevido.
 - b) Da locação, do mútuo e do comodato.
 - c) Da relação de parentesco e dos alimentos.
8.
 - a) Do seguro e da promessa de recompensa.
 - b) Da cessão de crédito, das arras e da transação.
 - c) Da sucessão hereditária e da herança jacente e vacante.
9.
 - a) Dos defeitos dos atos jurídicos, sua nulidade e anulabilidade, da fraude a credores e da onerosidade contratual.
 - b) Da cláusula penal e dos juros.
 - c) Do testamento e da sucessão testamentária.
10.
 - a) Das modalidades dos atos jurídicos, da evicção e dos vícios redibitórios.
 - b) Das obrigações por declaração unilateral de vontade. Liquidação das obrigações e correção monetária.
 - c) Da sociedade limitada e da sociedade anônima.
11.
 - a) Dos atos ilícitos e sua reparação.
 - b) Da extinção das obrigações.
 - c) Do reconhecimento de filhos e da adoção. Convenção Internacional de Haia.
12.
 - a) Das pessoas jurídicas. Das associações e das fundações.
 - b) Do penhor e da hipoteca.
 - c) Do poder familiar: conceito, exercício, suspensão e extinção.
13.
 - a) Dos registros públicos.
 - b) Do estabelecimento.
 - c) Dos direitos de vizinhança.
14.
 - a) Do casamento civil. Do casamento religioso com efeitos civis. Do concubinato. Da união estável.
 - b) Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades.

- c) Do contrato estimatório, da prestação de serviços e da constituição de renda.
- 15.
 - a) Do casamento de estrangeiros e no exterior.
 - b) Dos títulos de créditos.
 - c) Das sociedades dependentes de autorização oficial. Das sociedades simples.
- 16.
 - a) Do casamento inexistente, nulo e anulável.
 - b) Da tutela e da curatela.
 - c) Da inseminação artificial. Da alteração de sexo. Da pesquisa científica em seres humanos.
- 17.
 - a) Da forma e da prova dos atos jurídicos.
 - b) Do inadimplemento das obrigações e da responsabilidade contratual.
 - c) Da sonegação e das colações.
- 18.
 - a) Dos efeitos jurídicos do casamento.
 - b) Da responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.
 - c) Da responsabilidade do transportador aéreo.
- 19.
 - a) Dos regimes de bens no casamento.
 - b) Da teoria da imprevisão, do caso fortuito e da força maior.
 - c) Da sucessão legítima.
- 20.
 - a) Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugais.
 - b) Do concurso de credores.
 - c) Da promessa de compra e venda, do direito real do promitente comprador e da anticrese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1.
 - a) Jurisdição: conceito, características e órgãos.
 - b) Procedimento ordinário e sumário.
 - c) Execução: conceito, espécies, pressupostos, partes e competência.
- 2.
 - a) Ação: conceito e natureza jurídica. Condições da ação. Classificação das ações.
 - b) Audiência de instrução e julgamento.
 - c) Mandado de Injunção. *Habeas data*.

3. a) Processo: conceito e natureza jurídica. Pressupostos processuais. Princípios fundamentais. Conceito e mérito.
b) Sentença. Liquidação e cumprimento da sentença.
c) Embargos de Divergência.
4. a) Partes. Capacidade. Legitimação. Substituição processual.
b) Prova. Princípios gerais. Ônus da prova.
c) Liquidação e execução em ações coletivas.
5. a) Litisconsórcio. Assistência.
b) Ação de consignação em pagamento.
c) Embargos de declaração. Embargos Infringentes.
6. a) Petição inicial: função e conteúdo; vícios e inadmissibilidade da demanda; cumulação de pedidos.
b) Ação popular.
c) Recurso Extraordinário.
7. a) Formação, suspensão e extinção do processo.
b) Ação de desapropriação.
c) A instrumentalidade do sistema processual.
8. a) Comunicação processual. Prazos.
b) Recurso Especial.
c) Ação cível originária nos tribunais. Reclamação. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
9. a) Resposta do réu: contestação, exceções, reconvenção. Revelia. Direitos indisponíveis.
b) Provas em espécie. Procedimento probatório.
c) Ação de improbidade administrativa.
10. a) Intervenção de terceiros.
b) Recursos. Duplo grau de jurisdição.
c) Execução por quantia certa contra devedor solvente.
11. a) Ação Declaratória Incidental.
b) Medidas cautelares. Tutela inibitória.
c) Embargos do Devedor. Responsabilidade patrimonial e fraudes do devedor.
12. a) Atos processuais. Prazos. Despesas processuais. Honorários.
b) Ações possessórias.
c) Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer.

13.
 - a) Jurisdição: princípios, espécies e limites.
 - b) Ação de alimentos e convenções internacionais.
 - c) Antecipação da tutela definitiva.

14.
 - a) Ação discriminatória, de divisão e de demarcação.
 - b) Mandado de segurança.
 - c) Apelação.

15.
 - a) Arguição incidental de inconstitucionalidade.
 - b) Ação rescisória.
 - c) Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Ação monitória.

16.
 - a) Ação declaratória.
 - b) Julgamento conforme o estado do processo.
 - c) Títulos executivos judiciais e extrajudiciais.

17.
 - a) Ação de usucapião.
 - b) Embargos de terceiro.
 - c) Ações coletivas. Direitos e interesses individuais homogêneos.

18.
 - a) O Ministério Público no processo civil.
 - b) Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade.
 - c) Competência interna: classificação, divisão e modificação. Competência internacional. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória.

19.
 - a) Coisa julgada e preclusão.
 - b) Ação civil pública. Direitos e interesses difusos e coletivos.
 - c) Incidentes de uniformização de jurisprudência e de inconstitucionalidade.

20.
 - a) Coisa julgada nas ações coletivas.
 - b) Agravo retido e de instrumento. Agravo regimental.
 - c) Execução contra a Fazenda Pública.

GRUPO III

DIREITO ELEITORAL

1. **AQUISIÇÃO DA CIDADANIA**
 - a) Alistamento eleitoral e voto.
 - b) Domicílio eleitoral. Conceito, transferência e prazos.
 - c) Perda ou suspensão dos direitos políticos.

2. **O SUFRÁGIO UNIVERSAL**
 - a) Voto universal, direto e secreto.
 - b) Nacionalidade e Cidadania. Direitos políticos. Cargos privativos de brasileiro nato.
 - c) Plebiscito e referendo. Iniciativa popular.

3. **DA ORGANIZAÇÃO DO ELEITORADO**
 - a) Seções, zonas e circunscrições eleitorais.
 - b) Fraude no alistamento eleitoral e revisão do eleitorado.
 - c) Votação. Voto eletrônico. Mesas receptoras. Fiscalização.

4. **JUSTIÇA ELEITORAL**
 - a) Jurisdição e competência. Peculiaridades da Justiça Eleitoral. Consultas, instruções, administração e contencioso.
 - b) Juntas, Juizes e Tribunais Regionais Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral.
 - c) Recursos eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo.

5. **INELEGIBILIDADE**
 - a) Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.
 - b) Condições de elegibilidade.
 - c) Registros de candidaturas. Impugnação. Legitimidade.

6. **PROPAGANDA ELEITORAL**
 - a) Propaganda eleitoral em geral. Início. Bens públicos e bens particulares. Símbolos e imagens semelhantes a órgãos do governo.
 - b) Propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Direito de resposta. Pesquisas e testes pré-eleitorais.
 - c) Propaganda eleitoral na imprensa e mediante *outdoors*. Comícios. Auto-falantes e distribuição de material de propaganda política. Distribuição proporcional de horários gratuitos pelos meios de comunicação audiovisuais.

7. **ABUSOS DE PODER NO PROCESSO ELEITORAL**
 - a) Abuso do Poder Econômico, Político e dos Meios de Comunicação Social. Representação à Justiça Eleitoral.
 - b) Recurso contra a Diplomação. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.
 - c) Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais. Captação de sufrágio.

8. **PARTIDOS POLÍTICOS**
 - a) Partidos Políticos. Princípios constitucionais a serem observados na sua criação. Vedações.

- b) Personalidade jurídica dos Partidos Políticos. Registro e funcionamento. Estatutos. Fundo Partidário.
- c) Autonomia dos Partidos Políticos. Normas de fidelidade e disciplina partidárias.

9. CRIMES ELEITORAIS

- a) Crimes eleitorais. Jurisdição e competência.
- b) Natureza e tipicidade dos crimes eleitorais. Bem jurídico protegido. Código Eleitoral e legislação esparsa.
- c) Ação penal. Propositura. Processo e julgamento. Recursos.

10. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

- a) A função eleitoral do Ministério Público Federal. Procuradoria Regional Eleitoral. Ministério Público Estadual.
- b) A atuação do Ministério Público Eleitoral junto à Justiça Eleitoral. Fiscalização, processos, ações e recursos. Legitimidade.
- c) A ação penal pública pela prática de crimes eleitorais. Titularidade.

DIREITO PENAL

- 1.
 - a) Princípios básicos do Direito Penal.
 - b) Extinção da punibilidade.
 - c) Crimes contra a fé pública: moeda falsa.
- 2.
 - a) Aplicação da lei penal no tempo.
 - b) Perdão judicial. Escusa absolutória.
 - c) Crimes contra a administração pública praticados por funcionário público contra a administração em geral.
- 3.
 - a) Aplicação da lei penal no espaço.
 - b) Medidas de segurança no Código Penal e em leis especiais. Medidas sócio-educativas.
 - c) Crimes contra a administração pública praticados por particular contra a administração em geral.
- 4.
 - a) Aplicação da lei penal em relação a pessoas que desempenham determinadas funções.
 - b) Efeitos da condenação no Código Penal e em leis especiais.
 - c) Crimes contra a administração da Justiça.
- 5.
 - a) Teoria da conduta.
 - b) Tipo e tipicidade penal. Exclusão.
 - c) Crimes de maus-tratos, tortura e abuso de autoridade.
- 6.
 - a) Relação de causalidade.
 - b) Ilícitude penal. Exclusão.
 - c) Crimes contra o meio ambiente.

7.
 - a) Imputabilidade penal. Causas de exclusão. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.
 - b) Aplicação da pena.
 - c) Crimes de lavagem de dinheiro.
8.
 - a) Interpretação e aplicação da lei penal. Concurso aparente de normas.
 - b) Eficácia da sentença estrangeira, extradição e entrega.
 - c) Crimes contra as finanças públicas. Crimes contra o sistema financeiro.
9.
 - a) Culpabilidade penal. Causas de exclusão.
 - b) Tentativa e consumação. Crime impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
 - c) Crimes contra a ordem tributária. Crimes praticados no âmbito da previdência.
10.
 - a) Crime: classificação. Crimes hediondos.
 - b) Crimes contra a honra no Código Penal e na Lei de Imprensa.
 - c) Crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes e que causem dependência física ou psíquica.
11.
 - a) Concurso de pessoas.
 - b) Crimes contra a liberdade pessoal.
 - c) Crimes contra a propriedade intelectual.
12.
 - a) Concurso material, formal e continuidade delitiva.
 - b) Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos.
 - c) Crimes contra a ordem econômica e contra as relações de consumo.
13.
 - a) O erro no Direito Penal, suas espécies e conseqüências.
 - b) Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo e da extorsão, do dano.
 - c) Crimes contra o sistema financeiro.
14.
 - a) Pena: fins e espécies.
 - b) Crimes contra o patrimônio: esbulho possessório, apropriação indébita e receptação.
 - c) Genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Estatuto de Roma).
15.
 - a) Penas privativas de liberdade.
 - b) Crimes contra o patrimônio: estelionato e outras fraudes do art. 171; fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações.
 - c) Crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência. Crimes contra os índios. Crimes contra os idosos.

16. a) Pena de multa.
b) Crimes de estupro, atentado violento ao pudor e corrupção de menores; do lenocínio e do tráfico de pessoas.
c) Crimes de responsabilidade (Lei nº 1079/50 e Decreto-lei nº 201/67).
17. a) Penas pecuniárias.
b) Aplicação da pena.
c) Crimes contra o estado de filiação e a assistência familiar. Tutela penal da criança e do adolescente.
18. a) Suspensão condicional da execução da pena. Livramento condicional.
b) Crimes nas licitações públicas.
c) Crimes de perigo comum, contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Crimes de arma de fogo.
19. a) Crimes contra a vida. Lesões corporais. Periclitação da vida e da saúde. b) Crimes contra a fé pública: falsidade documental e outras falsidades.
c) Crimes políticos. Crimes militares.
20. a) Crimes contra a saúde pública.
b) Crimes contra a paz pública. Lei nº 9.034, de 3/05/95.
c) Crimes contra a organização do trabalho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. a) Processo Penal: princípios.
b) Prova documental.
c) Apelação.
2. a) Sistemas processuais.
b) Prova testemunhal. Reconhecimentos de pessoas e coisas. Acareação.
c) O Pacto de São José e o seu impacto no processo penal brasileiro.
3. a) Ação penal: princípios.
b) Indícios.
c) Embargos de declaração, infringentes e de divergência.
4. a) Inquérito policial.
b) Busca e apreensão. Interceptação das comunicações.
c) Revisão criminal.
5. a) Ação penal: espécies.
b) Assistência no processo penal.
c) Sigilo bancário e sigilo fiscal.

6.
 - a) Arquivamento do inquérito.
 - b) O acusado e seu defensor.
 - c) O Ministério Público e o Juiz no processo penal.
7.
 - a) Efeitos civis da sentença condenatória.
 - b) Funcionários da justiça. Peritos e intérpretes.
 - c) Cartas precatória, rogatória e de ordem.
8.
 - a) Perdão, renúncia, perempção, decadência e prescrição.
 - b) Prisão.
 - c) *Habeas corpus*. Mandado de segurança em matéria penal.
9.
 - a) Organização judiciária penal.
 - b) Liberdade provisória com e sem fiança.
 - c) Execução das penas privativas de liberdade. Indulto, graça e anistia.
10.
 - a) Jurisdição e competência.
 - b) Citação, notificação e intimação.
 - c) Provas ilícitas.
11.
 - a) Lei de execução penal. Participação do Ministério Público no Conselho Penitenciário.
 - b) Sentença.
 - c) Execução da pena de multa.
12.
 - a) Competência da Justiça Federal.
 - b) Procedimentos comum, sumário e especiais.
 - c) Execução das penas restritivas de direito.
13.
 - a) Questões prejudiciais. Exceções. Conflitos.
 - b) Recursos: princípios e espécies.
 - c) Juizados Especiais Criminais.
14.
 - a) Medidas acautelatórias.
 - b) Procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri.
 - c) Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Cooperação internacional na investigação de crimes.
15.
 - a) Proteção especial a vítimas e testemunhas.
 - b) Transação.
 - c) Denúncia. Queixa. Alegações finais. Libelo.
16.
 - a) Restituição das coisas apreendidas. Perdimento de bens.
 - b) Arquivamento do inquérito policial.
 - c) Atos processuais: lugar, forma de realização, prazos e sanções.

17.
 - a) Medidas assecuratórias.
 - b) Ação penal originária.
 - c) Proteção aos réus colaboradores.

18.
 - a) Incidentes: de falsidade; de insanidade mental do acusado.
 - b) Nulidades.
 - c) Procedimento relativo aos crimes de responsabilidade (Lei nº 1.079/50 e Decreto-lei nº 201/67).

19.
 - a) Prova: princípios gerais. Prova pericial.
 - b) Recursos especial, extraordinário, ordinário constitucional.
 - c) Suspensão condicional do processo.

20.
 - a) Interrogatório do acusado, confissão, perguntas ao ofendido.
 - b) Recurso em sentido estrito. Agravos. Correição parcial.
 - c) Procedimento relativo aos crimes de tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes.